

DOCUMENTAÇÃO

Por que é a desigualdade um problema?

Nunca nos últimos trinta anos a desigualdade de rendimentos foi tão grande nos países da OCDE. Não é estranho que este assunto se tenha convertido num tema central no debate político. A crescente desigualdade começa a ser encarada não só como um problema de justiça, mas também como um travão ao crescimento económico. Mas seja qual for o diagnóstico sobre a desigualdade, também existem vários remédios que são propostos.

Em grandes linhas, o debate está dividido entre os que pensam ser a desigualdade um sintoma de uma série de problemas económicos e sociais – desde a pobreza à falta de emprego e de instituições democráticas estáveis –, e os que a veem como um problema em si mesmo.

Logicamente, as terapias que uns e outros propõem são diferentes. Os que afirmam ser o problema de fundo a pobreza, centram-se em medidas destinadas a criar riqueza. Mas os que consideram ser a desigualdade não menos problemática do que a escassez, advogam a redistribuição do rendimento, através de impostos, subsídios, prestações sociais e medidas contra a evasão fiscal.

Instituições contra a escassez

Para a primeira posição aponta John H. Cochrane, professor de finanças na Escola de Negócios Booth, da Universidade de Chica-go e investigador da Hoover Institution. “Que interessa haver pessoas mais ricas do que outras, se estas também se enriquecem? O problema não seria pior se todos nós empobrecêssemos igualmente? Não seria mais lógico alterar as políticas e resolver os problemas que impedem que se ganhe mais?”, pergunta num artigo no “The Wall Street Journal” (“What the Inequality Warriors Really Want”, 20.11.2014).

Tal como outros liberais clássicos, Cochrane defende que o verdadeiro problema é a escassez dos que não têm, e não a distribuição desigual da abundância. Nesta perspetiva, entende-se porque confia tanto no crescimento económico: se

o conjunto da sociedade progride e aumenta a riqueza média, cada vez menos gente será pobre. Como costuma dizer-se, uma maré alta levanta todos os barcos.

“O objetivo deveria ser a prosperidade”, diz Cochrane. “E os segredos da prosperidade são simples e clássicos: direitos de propriedade, Estado de direito, liberdade económica e política. Um governo limitado que propicie instituições competentes. Nem a fiscalidade confiscatória, nem o amplo controlo governamental dos rendimentos estão na lista”.

Também Samuel Gregg, diretor de investigação do Acton Institute, vincula o nível de progresso de um país à estabilidade política. “Aumentar o acesso aos benefícios do crescimento económico e manter a prosperidade tem menos a ver com a redistribuição da riqueza, que com o quadro institucional de um país”, escreve em “Public Discourse” (“Poverty, the Rule of Law, and Human Flourishing”, 1.12.2014).

E exemplifica com as diferentes trajetórias da Austrália e da Argentina ao longo do século XX.

No princípio desse século, ambos “figuravam entre os dez países mais ricos em termos de rendimento *per capita*. Hoje, um deles continua a ser próspero, política e juridicamente estável, e tem, segundo o Índice 2014 de Liberdade Económica, a terceira economia mais livre do mundo. O outro é sinónimo de deterioração económica, corporativismo, populismo e corrupção”.

Para estes autores, é exagerado dizer que a desigualdade é a grande barreira na luta contra a pobreza. E insistem em que, para reduzir o fosso entre ricos e pobres, não basta centrar-se nas diferenças de rendimentos. Aquilo que na verdade pode ajudar os mais pobres a melhorarem a sua situação, é incentivar a que acabem os seus estudos, cresçam num ambiente familiar estável e encontrem emprego.

Uma crise desigual

Mas outros objetam que a desigualdade se converteu num empecilho ao crescimento económico. É uma das conclusões a que chegou um documento da OCDE, “Trends in Income Inequality and its Impact on Economic Growth”, (Cingano, F., 2014, “OECD Social, Employment and Migration Working Papers”, n.º 163, OECD Publishing).

Na maioria dos países da OCDE, o fosso entre ricos e pobres aumentou para o nível mais alto dos últimos 30 anos. Atualmente, os rendimentos dos 10% da população mais rica no conjunto da OCDE são 9,5 vezes superiores aos dos 10% mais pobres, enquanto que, nos anos 80, eram 7 vezes maiores.

Também, por exemplo, em Espanha, a desigualdade cresceu muito durante a crise económica: em 2011, os 10% mais abastados tinham um rendimento 13,8 vezes superior ao dos 10% mais pobres, quando, em 2007, a diferença era de 8,4 vezes.

Mas a Espanha não é o único país da OCDE que se destaca pela sua iniquidade em termos de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres. Pior do que a Espanha estão Chile, México, Turquia, Estados Unidos, Israel e Grã-Bretanha. Também se situam abaixo da média da OCDE – com um nível de desigualdade muito parecido com o da Espanha – Portugal, Japão, Grécia, Austrália, Itália ou França, entre outros.

A distribuição e o tamanho do bolo

Os efeitos deste fosso crescente entre ricos e pobres afeta não apenas a distribuição do bolo, como também o seu tamanho. Para analisar o impacto que tem a desigualdade no crescimento económico a longo prazo, o relatório da OCDE fixa-se nos dados correspondentes a duas décadas (1985-2005).

Diversamente do ocorrido durante a crise económica, nesse período, a Espanha conseguiu reduzir o fosso entre ricos e pobres, o que coincidiu com um aumento do seu PIB. O mesmo se passou em França e na Irlanda.

Pelo contrário, este relatório estima que as desigualdades no México e na Nova Zelândia se traduziram numa perda acumulada de 10 pontos de crescimento durante essas duas décadas; quase 9 pontos na Grã-Bretanha, Finlândia e Noruega; e de 6 a 7 pontos nos EUA, Itália e Suécia. Mas não é claro no relatório quanto há de causalidade, quanto de correlação e quanto de coincidência no tempo.

Estas estimativas levam a OCDE a concluir que “a desigualdade de rendimentos tem um impacto negativo e estatisticamente significativo sobre o crescimento posterior”. Ora, o relatório esclarece que “não há indícios de que prejudique o crescimento o facto dos de maior rendimento [isto é, os 10% mais ricos] se separarem dos restantes”, pois “o mais importante é o fosso entre lares de baixos rendimentos e o resto da população”.

Daí que o relatório recomende prestar atenção aos 40% da população com menos rendimentos, e não apenas aos 10% mais pobres. As políticas redistributivas são importantes para

garantir que os benefícios do crescimento económico chegam a uma “classe média mais vulnerável”.

Segundo esta análise, as políticas de redistribuição que tornam as sociedades mais justas, podem torná-las também mais ricas. Mas o importante é saber acertar para que estas medidas sejam bem centradas e sejam eficazes, e não desperdicem os recursos. A educação aparece aqui como um fator decisivo, pois as desigualdades de rendimento comprometem as possibilidades de instrução das populações mais desfavorecidas.

Ricos à custa dos pobres?

Outros insistem em que a maior desigualdade, corresponde uma menor coesão social, o que seria avalizado pelas desordens e pela violência que, de vez em quando, irrompem nos bairros deprimidos das sociedades ricas.

Mais arraigada é a crença de que a desigualdade é um problema ligado à fiscalidade injusta. Aqui, o problema é que os ricos o são “imerecidamente”, porque “não há uma adequada perseguição aos milhões que se evadem” ou porque “se legisla a seu favor”, com isenções fiscais e outras “figuras legais a permitir aos ricos pagar menos proporcionalmente do que o comum dos cidadãos”, assegura em “eldiario.es” (“¿Cuántos sueldos se podrían pagar con la fortuna de las 20 personas más ricas de España?”, 4.4.2014) Ricardo Magán, responsável pela Área de Campanhas e Ativismo da Oxfam Intermón.

Por detrás desta suspeita, está a ideia que seguramente marcou mais o debate sobre a desigualdade: que os ricos aumentam a sua vantagem à custa dos pobres. A ideia vem de Marx e foi atualizada pelo economista francês Thomas Piketty no seu livro “El capital en el siglo XXI” (Fondo de Cultura Económica de España, 2014).

Segundo explica o filósofo Roger Scruton num artigo publicado em “Forbes” (“Inequality Matters”, 30.10.2014), Piketty baseia as suas teses em duas premissas: uma *a priori* e outra empírica. “A primeira”, sintetiza Scruton, “é a conhecida lei segundo a qual a taxa de rendimento [r] do capital tende a superar a taxa de crescimento [g] da economia, porque se não fosse assim, não haveria motivos para investir”.

A segunda, baseada na análise em pormenor de declarações de impostos e outros dados, é que “o crescimento dos rendimentos entre os assalariados nos tempos recentes foi muito menor do que o crescimento dos rendimentos dos investidores”. Daí que a famosa lei $r > g$ seria para Piketty uma verdade empírica, que pinta um futuro com desigualdades cada vez maiores.

O capital do Estado

Mas a Picketty poder-se-ia objetar que a taxa efetiva de impostos não se observa somente no que vem na declaração do rendimento. Nos EUA, por exemplo, os dividendos pelos quais são tributados os acionistas, provêm de lucros empresariais que já foram tributados a 35%. Se se contarem todos os impostos federais e a redistribuição às pessoas de menor rendimento, verifica-se que os mais ricos suportam taxas médias mais altas.

Outra ideia polémica que está por detrás deste debate, é que a desigualdade económica acaba por se converter em desigualdade de poder. Como dizia Picketty numa entrevista a “el diario.es” (“Estamos al borde del abismo de una crisis política, económica y financiera”, 19.11.2014), “uma desigualdade muito forte pode levar à captura das instituições democráticas por parte de uma pequena elite que não vai necessariamente investir na sociedade a pensar no conjunto da população”.

O remédio proposto por Picketty para mitigar essas diferenças é cobrar mais aos ricos, através de um imposto progressivo que poderia ir até aos 80% para os rendimentos mais elevados. Aqui, a presunção é que se o Estado tomar conta da riqueza, poderá redistribuí-la em termos mais equitativos.

Mas, como diz Scruton, não existem garantias de que a riqueza confiscada aos ricos não venha a ser usada com fins políticos. “Em vez de a converter em bens e serviços de acordo com os desejos dos cidadãos livremente associados, poderia reter-se na forma de poder político: o poder dos políticos socialistas e dos seus assessores sobre o das pessoas a quem cobram impostos. Nesta sociedade de confisco em massa, haveria tanta acumulação [de riqueza] como na velha economia de mercado”.

J. M.

Quem se lembra da classe média?

O debate sobre a desigualdade tende a centrar-se no que se passa nos extremos da sociedade, sublinhando as diferenças que existem entre o decil mais rico e o mais pobre da população. Mas este enfoque pode passar por alto um fenómeno ainda mais tóxico: a mistura entre uma elevada desigualdade e uma débil classe média.

O relatório da OCDE “Trends in Income Inequality and its Impact on Economic Growth” (ver artigo relacionado) fixa-se na

relação entre o rendimento dos 10% mais pobres e o dos 10% mais ricos numa vintena de países. Isso permite-lhe chamar a atenção sobre o aumento da desigualdade na Suécia, Finlândia e Noruega, entre outros países ricos.

O que não diz o relatório é que estes três países, tal como o Canadá e a Holanda, se encontram no grupo dos que nos últimos anos conseguiram criar uma sólida classe média, com rendimentos médios mais elevados e uma maior mobilidade social para cima. Algo que não acontece nos EUA, onde o aumento da desigualdade coincide, além disso, com a erosão da classe média.

Nesse país, a percentagem de adultos de classe média reduziu-se de 61% em 1970, para 54% em 2001 e para 51% em 2011. Esta redução da classe média não significa que todos tenham perdido terreno; manifesta-se sim numa maior percentagem de pessoas com menores rendimentos e também num aumento das que têm maiores rendimentos.

A polarização do emprego

O “The Washington Post” ocupou-se há pouco tempo disto numa série de seis artigos dedicados à classe média. Analisa os motivos porque a classe média dos EUA se reduziu e perdeu riqueza nas últimas décadas, propondo medidas “que levem a economia a funcionar de novo para todos”.

Ao jornalista do “The Washington Post”, Jim Tankersley, preocupa sobretudo o facto de cada vez mais pessoas estarem a ficar sujeitas a empregos pouco qualificados. E sublinha – com um estudo publicado por investigadores da Universidade de Harvard e da Universidade da Califórnia em Berkeley – que as regiões do país com classe média mais ampla, são também aquelas onde é mais fácil progredir na escala social.

Na crescente desigualdade, tem influência o impacto da tecnologia sobre os diversos empregos. Sara de la Rica, catedrática de Economia da Universidade do País Basco, chama a atenção sobre o processo de “polarização do emprego” que se observa nos países desenvolvidos: desaparecem os trabalhos que exigem atividades rotineiras e emergem, pelo contrário, os de maior qualificação, onde são necessárias capacidades cognitivas e interativas. Também subsistem os empregos que, embora exijam baixos níveis de qualificação, necessitam de capacidades como a adaptabilidade ou a interatividade (por exemplo, os relacionados com serviços e cuidados pessoais).

Uma consequência deste fenómeno é o aumento da desigualdade no mercado de trabalho: “Se os trabalhos rotineiros, que precisam de qualificações médias desaparecem, enquanto que emergem aqueles que estão tanto na parte inferior, como na parte superior da distribuição de qualificações, estamos perante uma situação que favorece

claramente o crescimento da desigualdade”, escreve no “El País” (“Empleo para una sociedade menos desigual”, 2.1.2015).

Para de la Rica, lutar contra esta forma de polarização exige estender pontes entre a educação e o emprego: “A curto prazo, é possível que esta tendência para uma maior desigualdade seja inevitável. No entanto, a médio e longo prazo, as sociedades deveriam comprometer-se com o ensino de capacidades cognitivas desde o ensino primário e secundário para todos os cidadãos”.

Para mais classe média, mais oportunidades

O *think tank* norte-americano, Center for American Progress, de orientação de esquerda, tem vindo a advertir há diversos anos que o debate sobre a desigualdade é inseparável da preocupação pela classe média. Num dos documentos que melhor resume a sua posição, sublinha que uma classe média sólida é o medicamento mais potente do crescimento económico, ao mesmo tempo que favorece a igualdade.

O relatório, intitulado “The American Middle Class, Income Inequality, and the Strength of Our Economy”, New Evidence in Economics” (Heather Boushey e Adam S. Hersh, Center for American Progress, maio de 2012) sintetiza as quatro razões principais que os economistas costumam citar sobre os benefícios proporcionados por uma classe média robusta a um país.

1. Favorece o desenvolvimento do capital humano (conhecimentos, capacidades...) e um maior nível de educação. Que as famílias tenham uma certa segurança económica é fundamental para que possam investir no progresso dos seus filhos.
2. Contribui para aumentar a procura, enquanto que um consumo menor e a dependência dos empréstimos acabam por ser um obstáculo ao crescimento.
3. Estimula o investimento. Neste ponto, a presunção é que com maior segurança económica, haverá mais empreendedores dispostos a assumir riscos. Também é mais provável aos que crescem em lares de classe média, virem a aceder ao tipo de educação exigido para implementar um negócio.
4. Apoia e exige instituições políticas e económicas inclusivas: de um governo eficaz e dos direitos de propriedade, até à transparência e ao investimento em serviços públicos.

J. M.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)